

CONASA SPE S.A.

Relatório de revisão do auditor
independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

CONASA SPE S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos da caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Conasa SPE S.A.
Londrina - PR

Revisamos as demonstrações contábeis da Conasa SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis com base em nossa revisão, conduzida de acordo com a norma brasileira e a norma internacional de revisão de demonstrações contábeis (NBC TR 2400 e ISRE 2400). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

Uma revisão de demonstrações contábeis de acordo com as referidas normas é um trabalho de assecuração limitada. Os procedimentos de revisão aplicados consistem, principalmente, de indagações à administração e outros dentro da entidade, conforme apropriado, bem como execução de procedimentos analíticos e avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.



Conclusão sobre as demonstrações contábeis

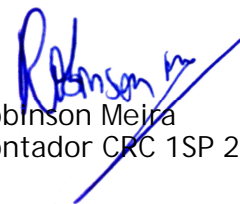
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis da Conasa SPE S.A. não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 28 de março de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2SP 013846/O-1 -S- PR


Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9 - S - PR


Robinson Meira
Contador CRC 1SP 244496/O-5 - S - PR

CONASA SPE S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2017	31/12/2016		Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	827	779	Debêntures	6	2.335	2.375
Créditos tributários		25	16	Fornecedores		98	93
Títulos de valores mobiliários	5	1.935	1.950	Encargos Tributários a pagar		4	6
		<u>2.787</u>	<u>2.745</u>			<u>2.437</u>	<u>2.474</u>
Não circulante				Não circulante			
Títulos de valores mobiliários	5	9.798	11.052	Debêntures	6	9.551	10.877
		<u>9.798</u>	<u>11.052</u>			<u>9.551</u>	<u>10.877</u>
Total do ativo				Patrimônio líquido			
		<u>12.585</u>	<u>13.797</u>	Capital social	7	1.292	10
				Adiantamento para futuro aumento de capital	7	654	1.333
				Prejuízos acumulados		(1.349)	(897)
				Total do Patrimônio Líquido		<u>597</u>	<u>446</u>
				Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>12.585</u>	<u>13.797</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA SPE S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(133)	(122)
Despesas comerciais		-	(19)
Despesas financeiras	8	(1.039)	(1.876)
Receitas financeiras	8	720	1.798
Prejuízo do exercício		<u>(452)</u>	<u>(219)</u>
Prejuízo por ação - Reais		(0,3498)	(21,9000)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA SPE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício	<u>(452)</u>	<u>(219)</u>
Total dos resultados abrangentes	<u><u>(452)</u></u>	<u><u>(219)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Adto para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10	922	(678)	254
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	411	-	411
Prejuízo do exercício	-	-	(219)	(219)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10	1.333	(897)	446
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	603	-	603
Integralização do capital social	1.282	(1.282)	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(452)	(452)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.292	654	(1.349)	597

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONASA SPE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício	(452)	(219)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Juros apropriados sobre debêntures	1.002	1.841
Rendimentos de títulos valores imobiliários	(673)	(1.762)
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
Créditos tributários	(9)	(12)
Fornecedores	5	93
Encargos tributários a pagar	(2)	5
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>(129)</u>	<u>(54)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento de títulos de valores mobiliários	1.942	1.908
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>1.942</u>	<u>1.908</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização do principal e juros de debêntures	(2.368)	(2.171)
Adiantamento para futuro aumento de capital	603	411
Caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>(1.765)</u>	<u>(1.760)</u>
Aumento/(redução) líquido de caixa	<u><u>48</u></u>	<u><u>94</u></u>
Caixa e equivalente de caixa		
Caixa no início do exercício	779	685
Caixa no final do exercício	827	779
Aumento/(redução) líquido de caixa	<u><u>48</u></u>	<u><u>94</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Conasa SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de propósito específico, com sede em São Paulo - SP. Ela foi constituída em 09 de maio de 2014 e tem por objeto social específico realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento em parceria com a CONASA Infraestrutura S.A. Compõe os investimentos em parceria, dentre outros: a) implantação, operação e manutenção de estações de tratamento de água e/ou esgoto; b) implantação de rede distribuidora de água; c) implantação de rede coletora e estações elevatórias, complementares ao sistema de esgotamento sanitário; d) gestão de sistema comercial de leitura, processamento, emissão e entrega de contas pelos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

1.1. Planos da Administração

Com os recursos captados por meio da 1ª Emissão de Debêntures, a Companhia financiará a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados de saneamento em parceria com a Conasa, incluindo, mas não se limitando, à compra e venda de títulos e valores mobiliários de companhias.

2. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações contábeis em 28 de março de 2018.

3. Apresentação das demonstrações contábeis:

3.1. A declaração de conformidade (com relação às normas do CFC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância à Lei das Sociedades por Ações (“LSA”), considerando as alterações introduzidas por meio das Leis nos 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

3.3. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no período dessas demonstrações contábeis.

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

3.1.2. Instrumentos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (1) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (2) empréstimos e recebíveis, (3) mantidos até o vencimento e (4) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

▪ Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Em geral, os ativos dessa categoria são classificados como aplicações financeiras de curto prazo, no ativo circulante. Aqueles com vencimento original acima de um ano podem ser classificados como aplicações financeiras de curto prazo baseado na intenção e habilidade da Administração em resgatá-los em um período menor do que um ano, bem como, considerando-se a sua natureza de alta liquidez e pelo fato de representarem um caixa disponível para operações correntes.

São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida.

- Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes);
- Ativo mantidos até o vencimento: Os ativos mantidos até o vencimento são ativos financeiros adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento. Os ativos financeiros disponíveis para venda são instrumentos não derivativos que não são classificados em nenhuma outra categoria. São apresentados como ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. São classificados nesta categoria investimentos em títulos de dívida, e títulos patrimoniais, que são investimentos nos quais a Companhia não possui influência significativa ou controle. Isto é geralmente evidenciado quando o investimento equivale menos de 20% dos direitos de voto.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos são apresentados na demonstração do resultado, no período em que ocorrem;
- Empréstimos e recebíveis: Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros;
- Ativos mantidos até o vencimento: Os ativos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável;

- Ativos financeiros disponíveis para venda: Os ativos financeiros disponíveis para venda são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados na demonstração do resultado. Subsequentemente, são contabilizados pelo valor justo, com as variações decorrentes da avaliação ao valor justo registradas no resultado abrangente, e juros (calculados pelo método da taxa efetiva de juros), reconhecidos na demonstração do resultado.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são liquidados ou sofrem perda por redução ao valor recuperável (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no resultado abrangente, são incluídos na demonstração do resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade

3.1.3. Redução ao valor de recuperação (impairment) de ativos financeiros

A Administração avalia anualmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, e pode ser estimado de maneira confiável.

3.1.4. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

3.1.5. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras, ganhos com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência a não ser que o recebimento seja duvidoso.

Despesas financeiras compreendem juros a pagar sobre empréstimos calculados com base na taxa de juros efetiva, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda. Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento de empréstimos com juros e financiamentos, tais como custos de transação e ajustes de valor justo, são reconhecidos no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa de juros efetiva.

3.1.6. Mudanças em políticas contábeis

Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017

Abaixo relacionamos as novas normas com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017:

- IFRS 9 Financial instruments (aplicável a Companhia)
- IFRS 15 Revenue from contracts with customers (não aplicável a Companhia)
- IFRS 16 Leases (não aplicável a Companhia)

Portanto, a norma aplicável, não fora adotada de forma antecipada nestas demonstrações contábeis e, concluímos que não apresentará impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia no futuro.

IFRS 9 Financial Instruments:

O IFRS 9 estará vigente para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta nova norma contém três categorias principais para classificação e mensuração de ativos financeiros:

- (i) Custo Amortizado;
- (ii) Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- e
- (iii) Valor Justo registrado por meio do Resultado do Exercício (categoria residual).

Uma das principais alterações está relacionada aos ativos financeiros classificados na categoria de “Valor Justo registrado por meio de Outros Resultados Abrangentes”, sendo também aplicável em determinados passivos financeiros que atendem determinados critérios de classificação. Assim, os instrumentos financeiros na categoria de “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes” são registrados no balanço pelo seu valor justo (para refletir os fluxos de caixas esperados pela venda), sendo a parte relativa ao custo amortizado registrada no resultado do exercício (para refletir o recebimento dos fluxos de caixa contratuais), sendo a diferença registrada em Outros Resultados Abrangentes, devendo ser posteriormente reciclada para o resultado do exercício quando da venda/baixa do instrumento financeiro.

A outra principal alteração está relacionada ao “impairment” de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de “perda esperada” substitui o modelo de “perda incorrida”. O novo modelo de “perda esperada” deve impactar materialmente todas as entidades que detenham instrumentos financeiros nas categorias de “Custo Amortizado” e “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Bancos conta movimento	827	779
	<u>827</u>	<u>779</u>

Recurso de liquidez imediata e disponível em instituição de primeira linha.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Títulos de valores mobiliários

	31/12/2017	31/12/2016
Investimento em títulos de dívida		
Circulante	1.935	1.950
Não circulante	9.798	11.052
	<u>11.733</u>	<u>13.002</u>

Em 16 de dezembro de 2014, a Companhia adquiriu debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., por meio de negociação privada.

Conforme escritura das debêntures, este investimento possui as seguintes características:

- As debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente pelo Índice Geral de Preços e Mercadorias (IGP-M) emitido pela Fundação Getúlio Vargas, a cada doze meses, em 1º de julho de cada ano;
- A remuneração é de 6,25% a.a.;
- Pagamentos de juros e amortização mensal (PMT), com vencimento em 26 de maio de 2025.

Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos):

Vencimento em:	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	1.950
2019	1.935	1.950
2020	1.935	1.950
2021	1.935	1.950
2022	1.935	1.950
Após 2022	2.058	1.302
	<u>9.798</u>	<u>11.052</u>

6. Debêntures

	31/12/2017	31/12/2016
Debêntures		
Circulante	2.335	2.375
Não circulante	9.551	10.877
	<u>11.886</u>	<u>13.252</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE). Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 50.000, sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência). Elas estão garantidas por fiança da Conasa Infraestrutura S.A., controladora da Conasa SPE S.A. Até 31 de dezembro de 2016, 11.799 debêntures foram integralizadas.

A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo de pagamento da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas (PMT), a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024.

É assegurada aos debenturistas a remuneração em razão dos lucros da Companhia, a serem pagos nas mesmas condições de pagamento aos acionistas da Companhia, a razão de 1% sobre o montante distribuído, até o máximo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por debênture, a cada período de 12 (doze) meses, atualizados monetariamente.

Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos):

Vencimento em:	31/12/2017	31/12/2016
2018	-	1.950
2019	2.334	1.950
2020	2.334	1.950
2021	2.334	1.950
2022	2.334	1.950
Após 2022	215	1.127
	<u>9.551</u>	<u>10.877</u>

Condições restritivas financeiras - "Covenants" :

A escritura das debêntures está sujeita a cláusulas restritivas, a Administração acompanha tempestivamente estas condições, como forma de monitoramento e remediação com os debenturistas, quando necessário.

Nas condições e características das Debêntures mencionadas acima, a Companhia manteve o cumprimento de todas as cláusulas restritivas.

7. Patrimônio Líquido

7.1. Capital social

O Capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 que era de R\$ 10 (dez mil reais), representado por 10.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passou a ser de R\$ 1.292 (um milhão duzentos e noventa e dois mil reais, representando 1.292.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com integralização de parte do adiantamento para futuro aumento de capital. A seguir a demonstração de participação dos acionistas:

	Número de ações	%
Conasa Infraestrutura S.A.	1.291.999	99,9999%
Paulo André Gil Boschiero	1	0,0001%
	<u>1.292.000</u>	<u>100%</u>

7.2. Adiantamento para Futuro Aumento do Capital (AFAC)

Foram realizados pela acionista Conasa Infraestrutura S.A. durante o exercício de 2017 aportes referentes a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor de R\$ 603 (R\$ 411 em 2016), e durante o exercício de 2017 foram integralizados o montante de R\$ 1.282.

	31/12/2017	31/12/2016
Saldos iniciais	1.333	922
(+) Adiantamento para futuro aumento de capital	603	411
(-) Integralização de capital	(1.282)	-
Saldos finais	<u>654</u>	<u>1.333</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(37)	(35)
Juros sobre debêntures	(1.002)	(1.841)
	<u>(1.039)</u>	<u>(1.876)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre outros investimentos	672	1.762
Despesas Recuperadas	48	36
	<u>720</u>	<u>1.798</u>
	<u>(319)</u>	<u>(78)</u>

9. Instrumentos financeiros

9.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

9.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

	Categoria	31/12/2017		31/12/2016	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado (*)	827	827	779	779
Investimentos	Custo amortizado	11.733	11.733	13.002	13.002
Passivos financeiros					
Debêntures	Custo amortizado	11.886	11.886	13.252	13.252

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(*) O valor justo é mensurado pelo nível 1 da hierarquia do valor justo. A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo níveis 2 e 3.

9.3. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

(a) Risco de mercado:

Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e as debêntures referenciadas a IGP-M, que podem afetar as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

	Risco	Saldo em risco	Cenários		
			Provável	Possível	Remoto
Ativo financeiro	IGP-M	11.734	369	277	185
Passivo financeiro	IGP-M	(11.886)	(374)	(467)	(561)
		<u>(152)</u>	<u>(5)</u>	<u>(190)</u>	<u>(376)</u>

Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

(c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

Paulo André Gil Boschiero
Diretor

Isaac do Nascimento
Contador CRC-PR043806/0-1